

14 — A lista de candidatos é afixada no placard do Serviço de Gestão de Recursos Humanos deste Hospital e publicitada na página electrónica do Hospital de Reynaldo dos Santos hvfxira@hvfxira.min-saude.pt.

15 — A lista de classificação final é publicada no *Diário da República*, 2.ª série.

16 — A constituição do júri é a seguinte:

Presidente:

Dr. Rui Manuel Blanc de Sousa Costa — Assistente Graduado Hospitalar de Ginecologia/Obstetrícia, do Mapa de Pessoal do Hospital de Reynaldo dos Santos.

Vogais efectivos:

1.º Vogal — Dr.ª Lucinda Guilherme da Mata Gaspar — Assistente Graduada Hospitalar de Ginecologia/Obstetrícia, do Mapa de Pessoal do Hospital de Reynaldo dos Santos;

2.º Vogal — Dr.ª Helena Cristina dos Santos e Pereira — Assistente Hospitalar de Ginecologia/Obstetrícia, do Mapa de Pessoal do Hospital de Reynaldo dos Santos.

Vogais suplentes:

1.º Vogal — Dr. Darci Brock — Assistente Graduado Sénior de Ginecologia/Obstetrícia, do Mapa de Pessoal do Hospital de Reynaldo dos Santos;

2.º Vogal — Dr. António José Dias Camolino — Assistente Graduado de Ginecologia/Obstetrícia, do Mapa de Pessoal do Hospital de Reynaldo dos Santos.

O presidente do júri é substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo 1.º vogal efectivo.

17 — Nos termos do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, o presente aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt), no 1.º dia útil seguinte à presente publicação no *Diário da República*, na página electrónica do Hospital de Reynaldo dos Santos hvfxira@hvfxira.min-saude.pt. e por extracto, no prazo máximo de três dias úteis contado da mesma data, em dois jornais de expansão nacional.

26 de Outubro de 2009. — O Presidente do Conselho de Administração, *Mário Bernardino*.

202559255

Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.

Aviso n.º 20554/2009

1 — Nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 6.º, dos n.ºs 1 e 3 do artigo 9.º e do artigo 50.º, todos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, conjugada com a Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, por meu despacho, de 22.10.2009, torna-se público a abertura de procedimento concursal comum com vista ao recrutamento de dois trabalhadores, da carreira de técnico superior, para celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para ocupação de dois postos de trabalho previstos e não ocupados, constantes no mapa de pessoal dos Serviços Centrais/Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P. (IDT, IP).

Considerada a dispensa temporária da obrigatoriedade de consulta prévia à Entidade Centralizada para a Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC), até à publicação de procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento, não foi efectuada a consulta prevista no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

2 — O prazo de apresentação de candidaturas ao presente procedimento é de 10 dias úteis, contados a partir da data da publicitação do presente aviso no *Diário da República*.

3 — Política de Igualdade — Nos termos do Despacho Conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março, e em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

4 — Caracterização dos postos de trabalho:

Referência A)

Apoio técnico genérico no âmbito das actividades atribuídas ao Núcleo de Gestão de Recursos Humanos, nomeadamente no âmbito da análise de funções e elaboração de perfis de competências dos postos de trabalho dos mapas de pessoal, elaboração de estudos, pareceres e informações técnicas na área de recursos humanos, com especial incidência para a elaboração do Orçamento Geral do Estado, Balanço Social, gestão e

apoio à utilização da aplicação informática de Recursos Humanos e Vencimentos (RHV).

Referência B)

Coordenação e desenvolvimento de investigação nas áreas da epidemiologia social e da investigação qualitativa sobre o consumo de substâncias psicoactivas (álcool, drogas), com experiência na concepção, planeamento, implementação, desenvolvimento, análise de dados (qualitativa e quantitativa), elaboração de relatórios, concepção e apresentação de comunicações, nestas áreas.

Experiência em projectos de investigação e participação em grupos de trabalho na área das Drogas e das Toxicodependências, ao nível europeu, em instituições de referência, participação em conferências e congressos nacionais e ou internacionais nestas áreas.

5 — Legislação aplicável: Ao presente procedimento é aplicável a Lei n.º 12.º-A/2008 (LVCR), de 27 de Fevereiro, Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro e Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

6 — Remuneração: Nos termos do artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, o posicionamento dos trabalhadores recrutados numa das posições remuneratórias da carreira é objecto de negociação com a entidade empregadora pública e terá lugar imediatamente após o termo do procedimento concursal.

7 — Local de trabalho: Serviços Centrais do IDT, IP, Praça de Alvalade, n.º 7, 5.º ao 12.º, Lisboa.

8 — Requisitos gerais de admissão: nos termos do artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, podem ser admitidos a este procedimento concursal os indivíduos que até ao termo do prazo de entrega das candidaturas, fixado no presente aviso, satisfaçam, cumulativamente os seguintes requisitos:

- Ter nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
- Ter 18 anos de idade completos;
- Não estar inibido de exercício de funções públicas ou interdito para o exercício daquelas a que se candidata;
- Possuir robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções a que se candidata;
- Ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

9 — Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal dos Serviços Centrais do IDT, I. P. idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publica este procedimento.

10 — Os candidatos deverão ainda possuir:

Referência A)

Licenciatura em Gestão e Administração Pública.

Experiência comprovada nas funções caracterizadoras do posto de trabalho a que se pretende candidatar.

Domínio de programas informáticos (Word, Excell, Access e PowerPoint).

Referência B)

Licenciatura em Psicologia Aplicada na área da Psicologia Social e das Organizações.

Experiência comprovada nas funções caracterizadoras do posto de trabalho a que se pretende candidatar.

Domínio de programas informáticos correntes (Word, Excell, Access e PowerPoint) e de análise estatística quantitativa e qualitativa (SPSS, Statistica, SPSS-TAS, SPADT, ArcGIS e TELEform).

Domínio falado e escrito de Inglês e Francês.

11 — Para além dos requisitos constantes no ponto 8, os candidatos deverão possuir a titularidade do grau académico de licenciatura ou superior, na área indicada no ponto anterior, e relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas.

12 — Forma de apresentação de candidaturas — As candidaturas deverão ser formalizadas em suporte de papel, mediante preenchimento integral de formulário tipo, disponível no endereço www.idt.pt, e entregues pessoalmente, no Núcleo de Gestão de Recursos Humanos, sito na Praça de Alvalade, n.º 7, 8.º, 1700-036 Lisboa, entre as 10:00 h e as 12:30 h e entre as 14:30 h e as 16:30 h, ou remetido pelo correio, em carta registada, com aviso de recepção, expedida até ao termo do prazo fixado no n.º 2 do presente aviso, para a morada acima indicada.

12.1 — O formulário, devidamente datado e assinado, deve ser obrigatoriamente acompanhado dos seguintes documentos, sob pena de exclusão:

- a) *Curriculum Vitae* detalhado, devidamente datado e assinado, em três exemplares;
- b) Fotocópia do Bilhete de Identidade ou cartão de cidadão;
- c) Fotocópia simples do documento comprovativo das habilitações literárias;
- d) Declaração actualizada, emitida e autenticada pelo Serviço onde o candidato se encontra vinculado, onde constem, de forma inequívoca, a natureza da relação jurídica de emprego público, a antiguidade na categoria/carreira e na Administração Pública, expressa em anos, meses e dias, a posição e nível remuneratório, bem como as avaliações de desempenho obtidas nos últimos três anos;
- e) Declaração comprovativa das principais tarefas correspondentes ao posto de trabalho ocupado pelo candidato, com indicação da duração do seu exercício.

12.2 — As falsas declarações eventualmente prestadas pelos candidatos, serão punidas nos termos da lei penal, e constituem infracção disciplinar.

13 — Métodos de selecção: este procedimento concursal comum é urgente devido à necessidade de repor os recursos humanos indispensáveis para prosseguir com as actividades inerentes à caracterização das funções dos postos de trabalho a ocupar sob pena de comprometer o funcionamento do serviço, pelo que, de acordo com o previsto no n.º 4 do artigo 53.º da LVCR e do n.º 2, do artigo 6.º, os candidatos realizarão um único método de selecção.

13.1 — Sem prejuízo do exposto no ponto seguinte, os candidatos realizarão obrigatoriamente uma prova de conhecimentos.

13.2 — Os candidatos que cumulativamente sejam titulares da mesma categoria e, se encontrem, ou, tratando-se de candidatos colocados em situação de mobilidade especial, se tenham por último encontrado, a executar actividades idênticas às publicitadas, realizarão como método de selecção a avaliação curricular, excepto se tal facto for afastado por escrito (no formulário de candidatura).

13.3 — Prova de conhecimentos:

Referência A)

A prova de conhecimentos reveste a forma escrita, de natureza teórica, com a duração máxima de 90 minutos incidirá sobre as seguintes temáticas:

- Estrutura orgânica e missão do Ministério da Saúde;
- Estrutura orgânica, atribuições, competências e missão, estatutos organizacionais e funcionamento do IDT, I. P.;
- Código do Procedimento Administrativo;
- Regime de vinculação, carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas;
- Regime do contrato de trabalho em funções públicas;
- Estatuto Disciplinar dos trabalhadores que exercem funções públicas;
- Sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho da Administração Pública;
- Protecção na parentalidade, no regime de protecção social convergente;
- Abono de família para crianças e jovens;
- Conhecimento amplo sobre Orçamento-Geral do Estado, Balanço Social e Aplicação de Gestão de Recursos Humanos e Vencimentos do Ministério da Saúde.

Referência B)

A prova de conhecimentos reveste a forma escrita, de natureza teórica, com a duração máxima de 90 minutos e incidirá sobre as seguintes temáticas:

- Concepção e planeamento de uma investigação; Metodologias de investigação; Métodos de análise de dados; Elaboração de relatórios;
 - Conhecimentos sobre as problemáticas do consumo de substâncias psicoactivas aos níveis nacional e europeu;
 - Capacidade de síntese e de comunicação;
 - Liderança, satisfação e motivação de equipas de trabalho.
- 13.4 — A valoração final dos candidatos expressa-se numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se excluído o candidato que tenha obtido uma valoração inferior a 9,5 valores na classificação final.
- 13.5 — Os parâmetros de avaliação dos métodos de selecção, a grelha classificativa e o sistema de valoração final constam de actas de reunião do júri do procedimento, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitadas.
- 13.6 — Excepcionalmente, de harmonia com o disposto no n.º 2 do artigo 6.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, quando o número

de candidatos seja igual ou superior a 100, tornando-se impraticável a utilização dos métodos de selecção acima referidos será utilizado como único método de selecção obrigatório a avaliação curricular.

14 — Composição do júri:

Referência A)

Presidente: Lic. Marta Alexandra Pimpão Samúdio Lima — Responsável do Núcleo de Gestão de Recursos Humanos;

Vogais efectivos: Lic. Maria Elisabete T Pereira Carvalho — Técnica Superior, que substituirá a Presidente nas suas faltas e impedimentos;

Ana Paula Tavares Canuto Fradinho — Técnica Superior;

Vogais suplentes: Lic. Susana Isabel Garcia Galego Pimentel — Técnica Superior;

Lic. Verónica de Pina — Técnica Superior.

Referência B)

Presidente: Lic. Mário Manuel Ferreira de Castro — Director do Departamento de Monitorização, Formação e Relações Internacionais;

Vogais efectivos: Lic. Maria de Fátima Trigueiros Pinto e Silva — Técnica Superior, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos;

Lic. Maria Paula Cruz Santos Graça — Responsável do Núcleo de Informação, Publicações e Documentação;

Vogais suplentes: Lic. Cristina Maria Pires Ribeiro Gomes — Assistente graduada

Ana Paula Tavares Canuto Fradinho — Técnica Superior

15 — Publicitação dos resultados:

15.1. — A lista dos resultados obtidos em cada método de selecção é publicitada na página electrónica do IDT, I. P. e afixada nos seus Serviços Centrais, na morada indicada no ponto 12 do presente aviso.

15.2 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos é publicitada na 2.ª série do *Diário da República*, na página electrónica do IDT, I. P. e afixada nos seus Serviços Centrais, na morada indicada no ponto 12 do presente aviso.

16 — O presente aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público (BEP), na página electrónica do IDT, IP, e em jornal de expansão nacional, após a publicitação no *Diário da República*.

Referência A)

Legislação aconselhada:

- Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro;
- Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 245/2008, de 18 de Dezembro;
- Decreto-Lei n.º 212/2006, de 27 de Outubro, alterada pelo Decreto-Lei n.º 234/2008, de 2 de Dezembro;
- Decreto-Lei n.º 221/2007, de 29 de Maio;
- Portaria n.º 648/2007, de 30 de Maio;
- Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro;
- Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro;
- Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de Julho;
- Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro;
- Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro;
- Despacho normativo n.º 51/2008, de 1 de Outubro;
- Decreto-Lei n.º 89/2009, de 9 de Abril;

Referência B)

Bibliografia aconselhada:

- Psicologia Social — J. Vala e M. B. Monteiro (Coord.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Organizational Behaviour — Stephen Robbins: London: Prentice-Hall International
- Investigação por Questionário — Manuela Hill & Andrew Hill. Lisboa: Edições Sílabo, Ld.
- A metodologia das Ciências Sociais (A.S: Silva (Ed.).Lisboa: Afrontamento
- Sondagens — P. Vicente, E. Reis & F. Ferrão. Lisboa: Edições Sílabo, Ld.
- Análise Estatística com utilização do SPSS — João Maroco. Lisboa: Edições Sílabo, Ld.
- Reading and Understanding Multivariate Statistics — L. Grimm and P. Yarnold (Ed.). Washington, DC: American Psychological Association
- Análise de Conteúdo — L. Bardin. Lisboa: Edições 70
- Analyse Statistique de Donnés Textuelles — L- Lebart & A. Salem. Paris: Bordas
- Introduction to Modern Epidemiology — A. Ahlbom & S. Norell. Chestnut Hill, MA: Epidemiology Resources Inc.
- Guide to Drug Abuse Epidemiology — WHO: Department of Mental Health and Substance Dependence.

Qualitative Research Methods in Drug Abuse and HIV Research — NIDA. US Department of Health and Human Services.

Understanding and Responding to Drug Use: The Role of Qualitative Research. Lisbon: EMCDDA

Modelling Drug Use: Methods to Quantify and Understand Hidden Processes.

Emerging Drug Phenomena. J. Alvarez et al. Paris: Observatoire Français des Drogues et Toxicomanies.

A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências — Relatório Anual 2007. Lisboa IDT, IP

A Evolução do Fenómeno da Droga na Europa — Relatório Anual 2008. Lisboa: OEDT

Estratégia Nacional de Luta contra Droga
Plano Nacional contra a Droga e as Toxicodependências (2005-2012)

Estratégia da União Europeia de Luta contra a Droga (2005-2012)
Plano de Acção da União Europeia em matéria de Luta contra a Droga (2009-2012).

Uma estratégia para apoiar os Estados — Membros na minimização dos efeitos nocivos do álcool. Comissão da comunidades Europeias.-COM(2006) 625 final.

3 de Novembro de 2009. — O Presidente do Conselho Directivo,
João Castel-Branco Goulão.

202559977

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 24975/2009

Nos termos e ao abrigo dos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho:

1 — Nomeio António Alberto Praxedes Correia, do quadro dos Serviços Sociais do Ministério das Finanças e da Administração Pública, para prestar funções de assessoria técnica ao meu Gabinete, na área da sua especialidade, em regime de comissão de serviço, através de acordo de cédência de interesse público.

2 — Pela prestação de tais funções, é atribuído ao nomeado uma remuneração mensal correspondente ao nível remuneratório 48 da tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas, acrescida do abono mensal de subsídio de refeição e ainda dos subsídios de férias e de Natal, sujeitos a todos os descontos legais.

3 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 26 de Outubro de 2009.

3 de Novembro de 2009. — A Ministra da Educação, *Maria Isabel Girão de Melo Veiga Vilar.*

202545996

Despacho n.º 24976/2009

Nos termos e ao abrigo dos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho:

1 — Nomeio Natacha Sofia Fonseca Rodrigues para prestar funções de apoio técnico-administrativo ao meu gabinete.

2 — Pela prestação de tais funções é atribuída à nomeada uma remuneração mensal de € 800, sujeitos a todos os descontos legais.

3 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 26 de Outubro de 2009 e é válida pelo período de um ano, renovável automaticamente por iguais períodos, podendo ser revogada a todo o tempo.

3 de Novembro de 2009. — A Ministra da Educação, *Maria Isabel Girão de Melo Veiga Vilar.*

202546043

Despacho n.º 24977/2009

Por ter sido nomeada para o exercício de outras funções públicas, nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, dou por findas, com efeitos a partir de 31 de Outubro de 2009, as funções da adjunta do meu Gabinete licenciada Filipa Henriques de Jesus Caetano da Silva.

6 de Novembro de 2009. — A Ministra da Educação, *Maria Isabel Girão de Melo Veiga Vilar.*

202556663

Direcção Regional de Educação do Norte

Escola Secundária Abel Salazar

Aviso n.º 20555/2009

Para cumprimento do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que se encontra afixada, para consulta, nos Serviços Administrativos e na sala de Professores desta Escola a lista de antiguidade do Pessoal Docente reportada a 31 de Agosto de 2009.

O prazo para reclamação é de 30 dias a contar da data de publicação deste aviso.

4 de Novembro de 2009. — O Director, *José Joaquim Gomes Faria.*
202556614

Escola Secundária Diogo de Macedo

Aviso n.º 20556/2009

Por despacho de 3 de Agosto de 2009, da Directora da Escola Secundária/3 Diogo de Macedo, no uso das competências que lhe são atribuídas no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, foi nomeada para exercer as funções de Bibliotecária na Escola Secundária/3 Diogo de Macedo, nos termos do artigo 14.º da Portaria n.º 756/2009, de 14 de Junho, a docente Maria do Rosário de Amorim Pinto Brandão de Meireles, pelo período de 4 anos, com início em 1 de Setembro de 2009.

2 de Novembro de 2009. — A Directora, *Olinda Maria de Oliveira Guedes dos Santos.*

202532176

Agrupamento de Escolas Fernando Pessoa

Aviso n.º 20557/2009

Em cumprimento do estabelecido no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, publica-se a Lista Unitária de Ordenação Final relativa ao procedimento concursal comum para a contratação de 7 Assistentes Operacionais, com contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado de acordo com o Aviso n.º 13000-A/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 140 de 22 de Julho de 2009.

Lista unitária da classificação final do procedimento concursal para assistente Operacional

- 1 — Odília Maria da Silva Oliveira — 16,75
- 2 — Paula Alexandra Santos Lima Oliveira — 15,50
- 3 — Manuela Reis Silva Gomes — 14,00
- 4 — Rosa Alice de Sousa Gomes — 14,00
- 5 — Joaquim Almeida Magalhães — 14,00
- 6 — Ana Alexandra dos Santos Almeida — 13,25
- 7 — Clarinda Maria Pinho Sousa — 13,25
- 8 — Natália Maria Andrade Santos Ribeiro — 11,50
- 9 — Catarina Alexandra Soares Amorim — 9,75
- 10 — Tânia Alexandra Correia Laranjeira — 9,25
- 11 — Cristina da Silva Nunes — 7,00
- 12 — Aurora Lopes Pereira Aguiar — 6,75
- 13 — Helena Maria Gomes Soares a)
- 14 — Susana Maria Rocha Barros Pereira a)

A referida lista foi homologada por despacho do Director, António Fernando Lemos Carneiro de Almeida, em 1 de Setembro de 2009, tendo sido afixada no placard da entrada principal da Escola e feita notificação pessoal aos candidatos.

14 de Outubro de 2009. — O Director, *António Fernando Lemos Carneiro de Almeida.*

202559311

Agrupamento de Escolas de Matosinhos Sul

Aviso n.º 20558/2009

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 132.º do